

Muirani Ikpeng

Paulo Caspary
Olivier Tuciã Trumã



Alvaro Gouveia

V. de M. T. de M. T. de M. T.

Kunene Txiã

Ennio Ikpeng

Associação Indígena Moygu Comunidade Ikpeng

ALDEIA MOYGU IKPENG, 03 DE MARÇO DE 2019

TERRITÓRIO INDÍGENA DO XINGU TIX/ ESTADO DE MATO GROSSO – BRASIL

Carta de repúdio dos guerreiros Ikpeng.

Carta endereçada ao Ministério Público Federal, Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal e para todas as sociedades nacionais e internacionais.

Nós povos indígenas Ikpeng, em colaboração com outros povos indígenas dos distintos territórios brasileiros, e simultaneamente em vários Estados da Federação, em aliança com outros povos e movimentos de Populações Tradicionais do país (Quilombola, Ribeirinhos e Caiçaras), vimos aqui, nesta oportunidade, nos manifestar.

Diante de nosso sofrimento, repudiamos em público os ataques de extermínio orquestrados pelo governo federal, os seus parlamentares e maioritariamente a bancada ruralista do Congresso Nacional contra os nossos direitos originários e fundamentais, principalmente os direitos sagrados à terra, territórios, na atenção à saúde indígena, ao plano estadual de educação escolar indígena e bens naturais que estão garantidos pela Constituição Federal de 1988.

Não concordamos com esta posição defendida pelo Governo Federal e o Congresso Nacional, que é legítima representação de um espaço democrático, nas proposições apresentadas que deverão afetar diretamente a integridade de nós indígenas. Diante de tudo, queremos uma consulta prévia para que nós possamos participar e acompanhar as decisões políticas do país, o que os congressistas, representantes da sociedade, fazem neste espaço que também é nosso. Os congressistas precisam conhecer com muita profundidade a realidade da sociedade indígena para garantir o equilíbrio nas decisões. Pois,

Galei Ikpeng, Francisco Ikpeng, Yamhi Tuciã Trumã,
Frank Toure Ikpeng, Okuna Tuciã Trumã, Amã de Ikpeng,
Kunene Txiã Trumã, Montoya M. Ikpeng

Wanda Ikpeng
Tsiã Tuciã

Antonio Ikpeng
Kunepi Tuciã
Tutu Ikpeng
Kunepi T. Ikpeng
Kunepi Ikpeng
Piciã Tuciã
Amã Tuciã
Amã Ikpeng
Tuciã Ikpeng
Kunepi Ikpeng
Amã Ikpeng
Kunepi Ikpeng

Conselho Moinho Supingu, Kumpot xamaita, JKpeng
 IKPENG
 masoro trição
 Kufi Kaido
 Pivakta tawa
 maye hie
 Kufi Kaido



Waihenkine
 Kujakpu xaximo trição
 JERCA un. Parabu
 Yapi Jpeng
 AKAYA clovis IKPENG
 Dora...
 Kori IKPENG

Associação Indígena Moygu Comunidade Ikpeng

Declaração da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, desconsiderando nossos direitos e não reconhecendo nossa contribuição milenar e a importância estratégica dos nossos territórios para o Bem Viver da humanidade e do planeta terra.

Diante desta realidade, de forma termos a anuência, de uma só voz, declaramos e exigimos do estado brasileiro, inclusive do poder judiciário, que respeite os nossos direitos, que valorize a diversidade e pluralidade da sociedade brasileira. Reafirmamos que vamos resistir, inclusive arriscando as nossas vidas, contra quaisquer ameaças, medidas e planos que violam os nossos direitos e buscam nos extinguir, por meio da invasão, destruição e ocupação dos nossos territórios e bens naturais.

Estamos ameaçados pelas autoridades brasileira, que as pessoas que são contra nós estão ocupando os cargos nos ministérios, dentro do Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal, adotando medidas anti-indígenas para exterminar os povos originários e apropriar-se de nossas terras. Apesar de que somos divididos pela federação brasileira, somos um povo só, com único objetivo, em defesa dos nossos direitos conquistados com tanta luta e amparado na CF/ 88. Esperamos que o Congresso Nacional respeite nossos direitos garantido na Constituição Federal, portanto, nossos direitos não foram dados de graças, nossos direitos foram conquistados com muita luta e com o nosso sangue, e pra defender esses direitos, nós vamos derramar mais sangue se for preciso para garantir esses direitos novamente.

Infelizmente os povos indígenas que se destacam diante desse cenário local, estadual ou nacional, na defesa dos seus direitos, seja ela terra, na educação, saúde ou quaisquer outros direitos, estes representantes dos povos indígenas são criminalizados ou ameaçados de morte.

Estamos traumatizados com as Medidas Provisórias MPV desastrosas do governo federal, mas nem por isso nós não vamos calar, não vamos entregar o poder nas mãos daqueles que estão todo dia lutando contra nós, adotando medidas anti-indígenas de acesso a exploração de mineração em

TSUNU
 WALAPA TUNU
 RIFE TRIÇÃO
 WALAPA
 TRIÇÃO

J...
 TRIÇÃO
 Fagn...
 J...
 Fagn...
 TERENO TRIÇÃO
 E...
 J...

Tap...
 Aybra trição
 Kapiuta trição
 Kowjago trição
 Taw...
 Taw...

Ypuru A...
Wampi IKPENG
MORCOT IKPENG



Associação Indígena Moygu Comunidade Ikpeng

Komunidade Ikpeng
Tabu...
ASSEMBLEIA...
TOLUKI
YINWALLA
Kumawani Kumare IKPENG

Moraki T...
WEMO IKPENG
WUNKA IKPENG
WAGO IKPENG

territórios indígenas, estão lutando para desmatamento na Amazônia e para acabar com a atenção à saúde indígena.

Infelizmente não estamos de acordo com a proposta de municipalização da saúde indígena que o governo pretende, sem que haja consulta e a nossa participação. A nossa luta em defesa dos nossos direitos não vai parar, nós vamos resistir até a morte, decidimos morrer todos juntos e não iremos sair despejados de nossa terra. Essa é a nossa decisão coletiva.

O processo de demarcação é necessário não só para os povos indígenas, é necessário para o mundo, está comprovado que os territórios indígenas estão totalmente preservados. Portanto, nossa terra quando regularizada não tem violência. O que traz e acirrar a violência e assassinato é justamente a não demarcação do território. O Brasil tem meio e condições jurídicas, tem terra para acomodar muito bem todas sua população, todos grupos humanos que dependem da terra para viver.

As autoridades competentes falam que uma forma genérica, que existem irregularidade nos processos de estudos antropológicos e nos levantamentos fundiários sobre as demarcações dos territórios indígenas. Portanto, que se existam irregularidades, estas sejam averiguadas e sanadas! Aponte qual foi o estudo antropológico irregular! Mostre para nós, mostre para o Brasil! Onde estão os erros. Os erros estão no Congresso Nacional! Quebra sigilo bancário dos deputados, das empresas que financiam as campanhas eleitorais.

No entanto, se for cumprida a legislação como ela é, a qual esses congressistas vêm tentando inúmeras vezes contra os povos indígenas através de medidas provisórias e outras proposições legislativas desastrosas, nós teremos um país mais justo e igualitário. Assim como aconteceu com a extensão da CPI da FUNAI e INCRA.

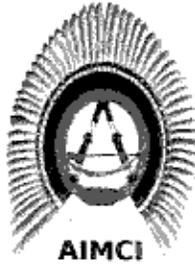
Não estamos de acordo com a Medida Provisória nº 870 de 1º janeiro de 2019 que estabeleceu, entre outros temas, que a execução das políticas de regularização fundiária em terras indígenas que caberá ao Ministério da

REKPI
IKPENG

Deputado
Presidente
K...
Medicinas...
Kariygo...
Mach...
ENMP...
T...
T...
T...

Mach...
Kuy...
Kam...

Emualu Ikpeng
Vaulats Ikpeng
PARANAKA IKPENG



Nawugomu Pat Ikpeng
Mau Ikpeng

KAYULU WAURA
Anokwau ikpeng

Associação Indígena Moygu Comunidade Ikpeng

KOROMTA KUCIA TXIWA

Agricultura, através do INCRA. O governo que não tem consciência histórica sobre os povos tradicionais age contra as minorias, e não tem compromisso com a democracia. A democracia está em risco e é frágil nesse país. As normas com força de lei editadas pelo Presidente da República tais com Medidas Provisórias MPV favorece a integração e extermínio aos povos indígenas. Isso mostra o grau de fragilidade de democracia.

Nós povos indígenas de vários estados brasileiros formamos um bloco de oposição ao governo autoritário para não alterar a CF, e que esse bloco é enorme avanço contra o presidente da república. Somos unificados na luta contra o governo autoritário, portanto, alguns deputados e os senadores que lutam em defesa dos direitos indígenas estão nesse bloco, contamos com vosso apoio, estaremos na luta de uma forma organizada para resgatar o espírito da Constituição Federal de 88 e colocar em enfrentamento a desigualdade social a pauta principais no Congresso Nacional.

O governo não pode nos desqualificar, somos povos diferentes, merecemos maior esforço para minimizar o conflito pontual. O conflito pontual tem de ser resolvido, e precisamos de política do governo federal para resolver os casos pendentes, e colocar em fim nessa disputa. Não faz menor sentido que estamos em pleno século XXI sem resolver os problemas históricos dessa ordem, que o governo está criando as medidas anti-indígenas de querer exterminar os povos indígenas, promovendo grilagem como tá acontecendo agora no Congresso Nacional, com essas medidas provisórias, liberando geral a grilagem de terra. Assim como está acontecendo com a saúde, educação e outros.

Estamos ameaçados pelo governo federal, legalizando extermínio de grupos humanos por motivos raciais e preconceito. Portanto, a própria justiça federal e Supremo Tribunal Federal está permitindo genocídio e a dizimação final dos povos indígenas originários desta terra. O Brasil é um país generoso pode e deve resolver os problemas fundiários de maneira adulta, não através

Geosi Ikpeng
Kampot Ikpeng
Melabo Ikpeng
Wakampot Ikpeng
Tapiak Txikwa



Associação Indígena Moygu Comunidade Ikpeng

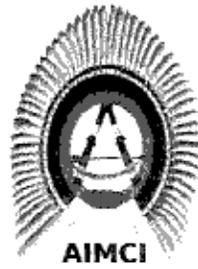
da violência política, não através de violência constitucional, como tem proposto o Congresso Nacional.

Não estamos contra do desenvolvimento de balança comercial do país, em relação expansão de fronteira agrícola para melhoramento das condições econômicas do Produto Interno Bruto – PIB nacional, , mas queremos antes de todo uma consulta prévia para acompanhar as propostas dos parlamentares no congresso e atuar junto a eles para promover o debate democrático respectivo aos povos indígenas brasileiros.

No Brasil, a república federativa se transformou como república federativa da bancada ruralista. Nós entendermos e conhecermos que as empresas que financiam a bancada do agronegócio na câmara dos deputados precisam ser investigadas, inclusive o requerimento no Congresso Nacional para que haja quebra de sigilos bancários das empresas financiadoras, por exemplo da FARMASUL umas das principais empresa que afeta os povos indígenas locais.

Estamos mobilizados e dispostos auto demarcar, proteger e favorecer a desintração dos nossos territórios. Custe o que custar, em memória dos nossos ancestrais, e líderes dos nossos povos que já se foram (morreram) que há muitos anos lutaram de forma aguerrida, junto com outros seguimentos da população brasileira, contra a ditadura militar, por uma sociedade realmente plural, justa e democrática, e uma Constituição Cidadã que garantisse, por fim, o reconhecimento e garantia dos nossos direitos originários, coletivos e fundamentais. Contamos com o irrestrito apoio e solidariedade de Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal.

As medidas anti-indigenas nos deixou traumatizados em estado de grande pavor. Não temos perspectiva de vida digna e justa com as medidas legislativas, estamos conscientes que o extermínio aos povos indígenas já começou, abalou psicologicamente nosso comportamento, mas infelizmente se o governo não quer ouvir a nossa voz, pedimos aos governos e a justiça federal para não decretar a ordem de despejo e expulsão, mais sim, decretar



Associação Indígena Moygu Comunidade Ikpeng

nossa morte coletiva, e enterrar-nos todos aqui. Pedimos para decretar extinção e dizimação total, além de enviar tratores para cavar um buraco grande para jogar e enterrar nossos corpos. Isso é o nosso pedido aos juizes federais.

Por fim, reiteramos a nossa determinação de permanecermos unidos e em aliança com outros movimentos e organizações indígenas que, como nós, lutam pela construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, justa e plural.

Guerreiros Ikpeng